

## A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS “POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO”

João Paulo Danieli

*Professor Colaborador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.*

E-mail: [joaopaulojb@gmail.com](mailto:joaopaulojb@gmail.com)

**Resumo:** O presente estudo faz parte de pesquisa já concluída, onde teve como objeto de investigação a educação do campo e os movimentos sociais da região Sudoeste do Paraná. Desse estudo realizamos apontamentos históricos sobre a construção da educação do campo. Proposta essa, que teve início na década de 1990, quando vários movimentos sociais, organizações, entidades ligadas ao campo, reuniram-se para discutir formas, ações, propostas, projetos e políticas educacionais para os povos do campo. Um dos objetivos foi construir uma educação que nascesse e que tivesse uma identidade própria, com as características e especificidades do homem do campo e não uma educação pronta e acabada. Dessas discussões entre os movimentos sociais nasceu o projeto “Por uma Educação do Campo”, que será contrapondo com a educação rural, que era pensada e estruturada, tendo como referência a educação urbana, não levando em consideração os valores e princípios do campo. Assim, o objetivo deste artigo é refletir: como se constitui historicamente a construção da educação do campo por meio dos movimentos sociais? Para tanto, iniciaremos nossa análise com o surgimento e contexto da educação rural, pois, é através dessa proposta educacional, que nascerá as discussões e as bases necessárias para o desenvolvimento e construção do conceito de educação do campo. Mas, a luta dos movimentos sociais para esse projeto, via políticas públicas, se dará no embate contra o Governo (Estado), que por questões políticas e ideológicas não tem interesse em implementar políticas aos povos do campo. Somente através de muita organização e mobilização que será construído tal proposta e a viabilidade de políticas educacionais. Para a realização desse trabalho segui alguns passos metodológicos, de: levantamento primário em documentos oficiais como leis, decretos, diretrizes e levantamento bibliográfico, de autores renomeados da área estudada. Busca-se aqui apontar a importância desse trabalho ao projeto educacional do campo proposto pelos movimentos sociais.

**Palavras chave:** Educação do Campo, Educação Rural, Movimentos Sociais e Política Públicas.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem origem a partir de um levantamento bibliográfico da pesquisa desenvolvida para o Mestrado, onde foi estudado a construção educacional do campo no Sudoeste do Paraná, tendo a participação ativa dos Movimentos Sociais (DANIELI, 2014).

O objetivo do estudo é apresentar a construção histórica da proposta da Educação do campo feita pelos movimentos sociais a partir de suas lutas e bandeiras. Tem-se claro que a história da educação no “meio rural”, foi manobra de políticas compensatórias de uma classe dominante que detinha o poder do Estado.

Por isso, as contradições vividas no mundo do trabalho, na educação e especificamente no meio rural/campo demandaram uma mobilização dos movimentos sociais e organizações populares, que partindo de suas práticas, como referências, reivindicaram direitos e políticas educacionais a favor da classe oprimida e marginalizada do

campo. Essa proposta nasceu de pressões, conflitos, choques e embates ideológicos contra políticas compensatórias, a fim de efetivar a Educação do Campo. Foi o “campo”, com suas contradições, sua dimensão histórica, que originou a luta por uma Educação que seja pensada para o “sujeito” do Campo.

Os movimentos sociais do campo como representantes da sociedade civil organizada e a sua construção histórica de luta pelo direito a terra mobilizaram outra bandeira, a construção de uma educação pensada, construída e enraizada a partir do “campo” e dos sujeitos sociais que a compõem.

Essa proposta de educação é construída a partir da própria identidade das pessoas envolvidas nos movimentos sociais, ou seja, corresponde a construção uma identidade coletiva de classe. Busca-se formar sujeitos coletivos, emancipados, que possam transmitir para os outros o conhecimento adquirido pelas experiências, pelo trabalho. Alia-se a prática ao conhecimento científico.

Essa proposta de educação foi e é negada aos povos/classes populares do campo. Diante dessa negação, os movimentos sociais do campo no Brasil constroem a resistência a um modelo de educação “rural”, que esteve a serviço de interesses de políticas conservadoras e autoritárias das classes dominantes (das elites). A “Educação Rural”<sup>1</sup> nunca foi pensada e construída para aqueles que precisam e necessitam, e sim para aqueles que precisam e necessitam manter sua hegemonia no poder.

O trabalho esta estruturado em três momentos, apontamentos sobre a educação rural, a construção do projeto “Por uma Educação do Campo” e, a luta histórica de políticas para essa proposta educacional reivindicada por meio dos movimentos sociais do campo. Para efeito de esclarecimento, a construção desse artigo esta centrado em sua totalidade em abordagens documentais e de revisão bibliográficas de autores clássicos sobre a temática trabalhada.

## **METODOLOGIA**

Para a realização desse trabalho a metodologia de pesquisa sobre o objeto de estudo, contém os seguintes passos: *investigação em fontes primárias*: leis, documentos, resoluções, junto aos órgãos oficiais; *levantamento bibliográfico* (trabalhos, artigos periódicos, livros e

---

<sup>1</sup> Para melhor compreensão do conceito o que é Educação rural, uso como referência o conceito da Autora Marlene Ribeiro do Dicionário de Educação do Campo (2012). Educação Rural destina-se “a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”. Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho (2012, p. 293).

obras clássicas): para levantamento da fundamentação teórica dos aspectos históricos referentes ao tema do estudo.

Para tal levantamento documental e bibliográfico em que se estrutura o presente trabalho, apresento dos documentos oficiais do Governo Federal e do Ministério da Educação, referente a Educação do Campo. Na revisão bibliográfica autores renomeados dessa temática, como: Miguel G. Arroyo, Roseli S. Caldart, Monica C. Molina, Marlene Ribeiro, Antônio Munarim, entre outros autores.

## **DISCUTINDO A EDUCAÇÃO RURAL**

A educação rural nunca foi prioridade para o governo brasileiro. Pode-se identificar a sua importância para o Governo a partir da década de 1950, com uma política internacional de desenvolvimento e extensão rural. Esta política estava atrelada ao capital internacional, com a intenção de preparar e adaptar as populações rurais de subordinação ao modo de produção capitalistas. A educação rural abriu caminhos para os “pacotes”, ou melhor, às políticas de mecanização/industrialização da agricultura, através de programas, projetos e ações educativas.

As escolas rurais, neste período funcionaram como um instrumento formador de mão-de-obra para o trabalho assalariado rural, como também formador de consumidores dos produtos agropecuários (como: máquinas, adubos, insumos agrícolas, entre outros) gerados pelo mercado agrícola importador<sup>2</sup>. Além do mais, estas políticas conseguiam eliminar o que é mais importante para as pessoas do campo, os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra (RIBEIRO, 2010, p. 171-172).

Ribeiro confirma que a educação rural brasileira esteve atrelada ao capital. Que se utilizou das escolas, como forma de expansão e dominação do sistema capitalista para o campo. Ainda segundo a autora “a escola rural continua [...], a mercê de modelos urbanos, distante, muito distante, das necessidades de trabalho e da produção da vida camponesa” (2010, p. 176).

A educação rural,

---

<sup>2</sup> Segundo Ribeiro, ao mesmo tempo em que as pessoas do campo eram educadas para utilizar os novos produtos tecnológicos deste mercado importador, destinado ao cultivo do solo e ao manejo de trabalho; os cultivos de subsistência de grande parcela da população, característica da população rural, eram destruídos para dar lugar à uma produção mais rentável (RIBEIRO, 2010, p. 167).

Consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão-suporte para o progresso de modernização da agricultura implementado no país (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004, p. 11).

Entre os fatores negativos da história das escolas rurais, identifica-se que a educação oferecida para os camponeses e trabalhadores, sempre foi pensada tendo como referência as escolas urbanas, as quais foram construídas aos moldes de uma sociedade urbana-industrial. Sem a tentativa de adequar esta educação para os camponeses, as escolas formam “grupos sociais semelhantes aos que vivem nas cidades, distanciados de valores culturais” (RIBEIRO, 2012, p. 293). Para Camini, “o descaso com a educação no meio rural tem levado a uma compreensão de que o lugar de quem estuda é na cidade e que, para continuar na roça, os trabalhadores não necessitam de estudo” (1998, p. 37).

O modelo de escola rural imposto através de políticas públicas dirigidas à produção agropecuária e à educação rural é vinculado ao sistema capitalista de produção e de sociedade, que se fundamenta na divisão campo/cidade, na expropriação da terra, dos meios de subsistência e dos instrumentos e saberes do trabalho, e na exploração da força do trabalho (RIBEIRO, 2010, p. 196).

Contraopondo-se a essa educação, os movimentos sociais identificaram por meio da luta pela terra, que a conquista não é somente por um pedaço de “chão”. A luta pela terra foi e é necessária, mas abrange outras lutas, direitos, bandeiras, projetos e sonho, como o da Educação de qualidade, pública, democrática e popular para os “povos” do campo.

## **CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Em vista disso, na década de 1990 os movimentos em especial o MST, incluíram a “educação” como demanda, como bandeira de luta, ou melhor, a pauta na “ordem do dia” contraopondo-o com a educação rural vigente no país. A justificativa estava clara, a necessidade de uma educação de qualidade ao meio rural num sentido de formação humana e aos interesses da vida do campo, e não mais como instrumento de manobra do modo de produção capitalista.

Segundo Nascimento, a partir dessa década começou a se formar e pensar numa resistência ao modelo de produção vigente, por meio de debates, encontros, conferências e fóruns. Um local de espaço de reflexão, de análise e de troca de

experiência, na busca de encontrar novas alternativas para os problemas mais agravantes do meio rural/campo e da educação nele inserida (2007, p. 185).

Contraopondo-se ao rural como negação histórica dos sujeitos que vivem do trabalho da/com a terra, esses movimentos ressignificam a si mesmos, enquanto sujeitos políticos coletivos, e à sua educação, negando o rural e assumindo o campo como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação. Campo, portanto, não quer significar o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas o projeto histórico de sociedade e de educação que vem sendo forjado nos e pelos movimentos camponeses (RIBEIRO, 2010, p. 41).

A realidade na qual a “educação rural” vinha se desenvolvendo, fez com que esses movimentos do campo, construíssem o projeto de “Educação” que seja “do” “Campo”<sup>3</sup>o qual possibilitasse a manutenção dos trabalhadores nesse espaço social. A luta para mudar a visão e a concepção de “rural”, carregou em sua essência a construção de uma educação identificada com os sujeitos do campo.

Para Molina e Jesus, a Educação do Campo nasceu da própria contradição de classe no campo. Para os autores existe uma “incompatibilidade de origem entre agricultura capitalista e a educação do campo, exatamente por que a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda” (2004, p. 19).

A Educação do Campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais (FONEC, 2012, p. 01).

As primeiras discussões sobre o projeto por uma “Educação do Campo” aconteceram em 1997 no final do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em Brasília, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das

---

<sup>3</sup> No texto preparatório para a Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do Campo”, os movimentos sociais decidiram utilizar a expressão “campo” e não mais usual *meio rural*, “com o objetivo de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho” (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004, p. 25).

Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e entre outros movimentos (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 13).

O objetivo de construir o projeto ganhou vida em 1998. No final do encontro do ENERA em 1997 se tirou o encaminhamento em realizar para o próximo ano, a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, “que foi um processo de reflexão e mobilização do povo em favor de uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo” (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 13).

Nessa conferência os movimentos sociais lançaram uma tarefa, propor uma educação que seja pública e de qualidade a partir do campo, levando em consideração o modo de viver, a cultura, a própria identidades dos povos, enfim construir a educação a partir das condições da vida do campo (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 13-15).

Deixa-se claro que o projeto dos movimentos “Por uma Educação do Campo”, remete historicamente às lutas por terra e por educação, travadas pelos próprios movimentos sociais. Pode-se citar a Educação Popular, a luta dos Centros Populares de Cultura e do Movimento de Educação de Base – MEB, que tinham ligação com as Ligas Camponesas e dos STRs, da década de 1960, na década de 1970 o surgimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CBEs, a luta por uma educação pública e de qualidade na década de 1980, por meio da redemocratização das “Diretas Já e do processo da constituinte; também nessa década a luta pela Reforma Agrária pelo MST, e posteriormente a luta pelo projeto de uma educação do campo no final da década de 1990”.

A defesa por uma Educação do Campo, passa pela tentativa de reconhecer as pessoas como sujeitos históricos e como construtores da sociedade. Acredita-se que a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e com a emancipação dos sujeitos sociais, só dependerá da maior participação das pessoas. Para Ribeiro,

Os movimentos sociais populares rurais/do campo que, nas suas lutas, propõem-se a romper com século de políticas de expropriação/proletarização e dominação do campesinato brasileiro, inserem a educação do campo em projeto popular de sociedade, no qual a emancipação humana é o horizonte para o qual se orienta a sua caminhada (RIBEIRO, 2010 p. 189).

A Educação do Campo carrega consigo um conjunto de conhecimentos e práticas que instigam as políticas a compreender o campo, como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade. Por isso, deve afirmar uma relação de pertença a algum lugar. É a partir dessa pertença que o

ser humano elabora a sua consciência e seu existir neste mundo. Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade. Sentimento este, que move os sujeitos a defender as suas ideias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração. A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participem de lutas sociais, eles sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas (BRASIL, 2004, p. 35-36).

Para Arroyo, a Educação do Campo construída com a participação dos movimentos sociais, foi pensada por meio de seus gestos, das suas ações, de suas linguagens e das místicas que realizam, para compreender e recriar a realidade histórica. Também estes movimentos são em si mesmos educativos, em seu modo de agir, de se expressar, de suas mobilizações e de suas lutas sociais. A ação educativa dos movimentos sociais é entendida como um processo intensivo e historicamente de formação humana e social (BRASIL, 2004, p. 67- 69).

Este projeto reafirma e dialoga com a *pedagogia do movimento*<sup>4</sup>, compreendendo a dimensão fortemente educativa da participação das pessoas no movimento social ou no movimento das lutas sociais e no movimento da história [...]. A educação do campo precisa extrair as lições de pedagogia das lutas sociais que estão em sua origem e com as quais se vincula; e é intencionalidade de formação dos sujeitos destas lutas [...] (CALDART, 2004b, p. 155).

Essa ação educativa do movimento constrói uma ação política. As próprias reivindicações expressam a luta por políticas públicas, para garantir, melhorar ou ampliar o acesso delas, que são negadas historicamente, às pessoas do campo. O movimento “por uma educação do campo” foi construído com o entendimento, que a luta é por políticas públicas. Segundo Hage, “há um protagonismo desse movimento que se desenvolveu de modo a mostrar que os sujeitos do campo também são sujeitos de direito e as políticas públicas precisam atender as suas necessidades” (2012).

Os trabalhadores do campo têm o direito de ser educado no lugar onde vive. Eles têm direito a uma educação pensada desde seu lugar e com a participação vinculada a seus valores, sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. A Educação do Campo “como direito, não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria” (CALDART, 2004b, p. 149).

---

<sup>4</sup> Segundo Caldart, a *pedagogia do movimento* é usada atualmente com um duplo e articulado sentido. Primeiro como *Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), identifica uma síntese de compreensão do trabalho de educação desenvolvido por este movimento social de trabalhadores. Segundo, como conceito específico, a *Pedagogia do Movimento* toma o processo formativo do sujeito Sem Terra para além de si mesmo e como objeto da pedagogia, entendida aqui como teoria e prática da formação humana (2012, p. 546).

A relação da Educação do Campo com as políticas dá-se mediada pela luta dos sujeitos coletivos de direito. Foram eles os protagonistas desta bandeira; foram eles que, com sua luta e organização, conseguiram conquistar aliados em diversos setores da sociedade, como nas universidades; escolas técnicas; organizações não governamentais (MUNARIN, 2010, p. 109).

Mesmo defrontando com um Estado, que se apresenta autoritário, regulador e legitimador de uma classe dominante, a Educação do Campo soube, através da luta e da mobilização dos movimentos do campo, concentrar correlação de força para encontrar um “espaço”, dentro do Estado, para construir e formular políticas que atendessem as pessoas do campo (essa conquista ocorreu a partir muitas discussões, disputa, de confrontos e de conflitos). Segundo Antonio, “a necessidade de uma educação do campo é identificadora da ausência de políticas públicas planejadas e efetivadas para o acesso e permanência escolar da classe trabalhadora no contexto do campo em nosso país” (2008, p. 75).

A grande luta, por direito a uma Educação do Campo, como política pública, reside no fato de que o Estado não efetiva ou não materializa os direitos (a educação, a saúde, a moradia, o lazer, entre outros), que são garantidos constitucionalmente. Pois, o Estado não tem interesse social na formação de sujeitos pensantes, concretos, autônomos e emancipados.

As políticas públicas são produtos das relações de Estado, porém ao mesmo tempo, são esteios para o bloco histórico no poder (*como pensa Gramsci*), alimentando a supremacia, o domínio a direção e a hegemonia exercida por atores, grupos e classes sociais sobre o Estado (*sem grifo no original*) (NOSELLA e AZEVEDO, 2009, p. 29).

A Educação do Campo procura construir projetos e programas que defendam a cultura, os valores, a economia e a política do homem do campo. “Tais projetos estão estritamente ligados ao projeto de construção de uma política pedagógica vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos do campo” (NASCIMENTO, 2007 p. 189). Estes projetos foram concretizados por meio de políticas públicas e de ações dos próprios movimentos sociais. Tem-se claro que a “luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação” (CALDART, 2004b, p. 150).

Num breve tempo de luta dos movimentos sociais do campo (remete-se a 1997 da criação do projeto “por uma educação do campo”), identificam-se algumas políticas e ações.

Dentre elas a discussão sobre o PRONERA<sup>5</sup>, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo de 2002<sup>6</sup>, PRONACAMPO<sup>7</sup>, os Programas Pro-Jovem<sup>8</sup> e o PROCAMPO<sup>9</sup>, instituição da *Política Nacional de Educação do Campo*<sup>10</sup>, entre outras. Essas políticas e programas foram conquistados a partir de muita luta e conflito dos movimentos sociais ligados ao campo, elas partiram da própria lei que o Estado garantiu como direito (por ex: Educação a todos), e não cumpriu.

A Educação do campo caracteriza-se com um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, que projeta seus sujeitos sociais, como sujeitos coletivos de história e de direitos (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004, p. 12). Segundo Hage,

A Educação do Campo tem sido compreendida enquanto estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, resultado das mobilizações dos movimentos sociais do campo e da apresentação por parte desses sujeitos coletivos de proposições e práticas inovadoras, sintonizadas com as especificidades que configuram a diversidade sócio territorial do campo no Brasil (2014, p. 01).

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, criada em 1998 e construído a partir I ENERA (Encontro nacional das Educadoras/as da Reforma Agrária), realizado em 1997. Encontro que teve a participação da Universidade de Brasília – UNB, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, da UNICEF, UNESCO e CNBB. Chegou-se a conclusão da necessidade de uma educação ligada ao meio rural, a partir dos Acampamentos e assentamentos. Assim foi desenvolvido um projeto educacional para que atendesse essa carência das pessoas ligada ao campo, em especial aos assentamentos.

<sup>6</sup> As Diretrizes foi uma das principais conquistas dos movimentos. Criada em 04 de dezembro de 2001 por meio do Parecer nº 36. Posteriormente foi instituído pela Resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação), /nº 01, de 03 de abril de 2002. As diretrizes foi uma luta, uma bandeira que surgiu do ENERA e do PRONERA, que partiu primeiramente da luta pela terra dos assentados e depois por direitos a Educação, saúde, moradia, liberdade, e outros.

<sup>7</sup> Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, que oferece apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de Educação do Campo. A base de sustentação do programa é dividida em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

<sup>8</sup> O PROJOVEM Campo: *saberes da terra*, aprovado em 2005, tinha como objetivo a escolarização de 5.000 jovens agricultores/as e 18 a 29 anos das diversas regiões do país (BRASIL, 2014). Com uma proposta pedagógica e curricular onde se realiza atividades educativas em diferentes tempo e espaços formativos. Tendo como projeto a educacional a “Alternância”, por meio do “tempo escola” onde os alunos permanecem no ambiente escolar fazendo planejamento, pesquisa e atividades pedagógicas; depois em outro momento no “tempo comunidade”, onde realizam e executam os seus planejamentos, pesquisa na comunidade.

<sup>9</sup> O programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, o PROCAMPO iniciado em 2007 e ampliado em 2008, por meio do SECAD e do MEC. O programa era uma luta dos movimentos sociais ligado ao campo, para responder uma necessidade de formação das populações camponesas, principalmente a implantação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, nas instituições de ensino público, para a formação de educadores para a docência.

<sup>10</sup> A Instituição da Política Nacional da Educação do Campo, aconteceu via decreto Presidencial em 2010. No art. 1º, o decreto dispõe: A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

A construção de uma Educação do Campo, envolve necessariamente a participação dos sujeitos identificados com esse projeto educativo. O campo não é lugar apenas de produção, mas também, de relações sociais e educativas. Não se pode conceber uma Educação do Campo que não seja do interesse dos trabalhadores e moradores do campo, com seus valores, crenças e culturas. Pensar uma educação do campo é ao mesmo tempo, reconhecer as pessoas como sujeitos sociais coletivos conscientes e emancipados.

## **CONSIDERAÇÕES**

A construção de uma Educação do Campo, envolve necessariamente a participação dos sujeitos identificados com esse projeto educativo. O campo não é lugar apenas de produção, mas também, de relações sociais e educativas. Não se pode conceber uma Educação do Campo que não seja do interesse dos trabalhadores e moradores do campo, com seus valores, crenças e culturas. Pensar uma educação do campo é ao mesmo tempo, reconhecer as pessoas como sujeitos sociais coletivos conscientes e emancipados.

A Educação do campo construída historicamente pode-se afirmar que está atrelada aos movimentos sociais ligados ao campo. Foram por meio das lutas, embates, conflitos, contradições de uma sociedade dividida em classes sociais, de uma educação (rural) formal desigual e de problemas sociais, que esses sujeitos pensaram a partir de suas práticas uma proposta de Educação, que atendesse as reais necessidades das pessoas, em especial aos agricultores e trabalhadores rurais oprimidos e marginalizados.

A luta por uma Educação do Campo remete a luta pela posse da terra a partir da Reforma Agrária encabeçada pelos movimentos sociais do campo. Foi por meio dessa bandeira de luta, que se construiu o projeto por uma educação pensada no “espaço” onde vivem as pessoas do campo.

Portanto, a busca por esse espaço por uma Educação que seja “do Campo” liga-se aos impasses, confrontos e os conflitos com o Estado, que atua como regulador, autoritário e defensor de políticas compensatórias. A luta dos movimentos sociais do campo é a busca por mudanças das políticas públicas do campo e na implementação de novas que venha de fato, ao encontro desses “sujeitos” sociais do campo, superando esta dicotomia rural e urbana que sempre foi imposta na história brasileira. Superar a cultura da classe dominante e a organização social hierárquica do Estado não tem sido tarefa fácil, quando se fala em Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Clesio A. Educação do Campo e política educacional: questões para debate. In: ALMEIDA, ANTONIO e ZANELLA (orgs). **Educação do Campo: um projeto de formação de educadores em debate**. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2008.
- ARROYO, M. G. CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola...** o princípio educativo do trabalho cooperativo. 2ª ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 7.352**. 04 de novembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso: 12 de maio de 2014, BRASIL, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Projovem Campo – saberes da terra**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content). Acesso 06 de fevereiro de 2014, BRASIL, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – Brasília: Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- CALDART, Roseli S. A Escola do Campo em Movimento. IN: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 87-131.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 546-553.
- \_\_\_\_\_. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. IN: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b, p. 147-158.
- CAMINI, I. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras e uma escola de assentamento do MST: limites e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/FACED, 1998.
- DANIELI, João Paulo. **Educação do Campo e Movimentos Sociais no Sudoeste do Paraná: lutas, redes e alguns apontamentos**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.
- FONEC (Fórum Nacional de Educação do Campo). **Manifesto à sociedade brasileira**. Brasília-DF, 21 de agosto de 2012.
- HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação do Campo, legislação e Implicações na gestão e nas condições de trabalho de**

**professores das escolas multisseriadas.** Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoes/Relatos/0481.pdf>. Acesso: 06 de fevereiro de 2014. Pag. 01-13.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação básica do campo**. Vol. 01. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, Fernando José. **Ocupação da escola: uma categoria em construção**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2011.

MOLINA, M. C., JESUS, S. M. (orgs). **Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Coleção “Por uma educação do campo”, nº 05. Brasília, DF: 2004.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

NASCIMENTO, Claudemiro G. do. “**Políticas Públicas**” e **Educação do Campo: em busca da cidadania possível?** Revista Travessias, 2007.

NOSELLA, Paolo. AZEVEDO, Mário L. N. **A Educação em Gramsci**. Maringá: EDUEM, 2009.

RIBEIRO, Marlene. **Educação popular: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares**. Revista Perspectiva, Florianópolis, vol. 26, nº01, p. 41-67, jan/jun 2008.

\_\_\_\_\_. Educação Rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 293-299.

\_\_\_\_\_. **Movimento camponês: trabalho e educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.